

MEMÓRIA E POLÍTICA

por Mário Soares

Por toda a Europa, na Íbero-América - e não só - as populações têm vindo a sentir a necessidade de não deixar "apagar a memória" de um passado recente de horrores: totalitarismos (nazi-fascista e comunista), guerras civis e guerras "preventivas", ditaduras ferozes, genocídios, holocausto, campos de concentração, torturas, discriminações, perseguições de toda a ordem... É uma necessidade que as pessoas sentem para exautorar velhos temores que persistem e terríveis comportamentos, de inaceitável crueldade, que não podem esquecer.

Nas ditaduras ibéricas e nas latino-americanas (Chile, Argentina, Brasil, para só citar as mais visíveis) as transições deram lugar a democracias pluralistas e Estados de Direito que tiveram a precaução de não exacerbar velhas divisões, para que a poeira do tempo pudesse acalmar ódios, ressentimentos e vinganças.

Em democracia, obviamente, não há lugar para vinganças, nem individuais nem colectivas. Mas para a justiça, sim. Mesmo que tardia. E não só a justiça histórica. Mas também cívica, que tem a ver com a cultura para a paz, a educação para a democracia e a supressão de símbolos, monumentos e organizações que visem perpetuar ou branquear obsoletas ditaduras.

Os nossos vizinhos espanhóis aprovaram, há dias, nas Cortes, com os votos contra dos deputados do P.P. e do E.R.C., por razões distintas, a chamada Lei da Memória, com Santiago Carrillo, como símbolo da resistência e da largueza de vistas, durante a "transição", presente na tribuna dos convidados do Congresso. Trata-se de uma Lei - como disse a Vice- Presidente do Governo, Teresa Fernandez de la Vega - "que se ocupa das vítimas e de suas famílias, que deixa a história aos historiadores, aos Juizes o que é dos Juizes e ao tempo que amplia, estende e instaura direitos".

A guerra civil de Espanha, começou com uma sublevação militar contra a República Espanhola, sufragada em eleições livres e foi fortemente apoiada pelos execráveis regimes fascista e nazi e ainda pela Ditadura salazarista, nascida ela própria de um golpe militar ilegítimo. Foi o preâmbulo da II Guerra Mundial, contra as Democracias francesa e inglesa e, a seguir, americana. A fraqueza dos Aliados - e o medo do comunismo - permitiu, envergonhadamente, em tempo da "guerra fria", que as ditaduras ibéricas sobrevivessem à derrota do nazi-fascismo. Foi um erro colossal, que manchou indelevelmente o Ocidente e que custou muito caro aos dois Estados Peninsulares.

Passaram trinta e três anos sobre a Revolução dos Cravos e a "transição espanhola". E vinte e tal sobre as diferentes "transições" íbero-americanas.

É o momento, pois, para as nossas democracias consolidadas, inseridas no quadro democrático da União Europeia, fazer justiça e não deixar "apagar a memória". Porque Democracia e Ditadura não se situam no mesmo plano político e ético.

Esse foi o grande erro do Papa Bento XVI quando, no Domingo 28 de Outubro, resolveu beatificar, como mártires, quase quinhentos padres, frades e seminaristas, mortos pelas tropas republicanas, durante a guerra civil, que os próprios fascistas desencadearam. Mas do lado republicano, também houve, no País Basco, por exemplo, padres e seminaristas mortos e perseguidos pelos franquistas. Esses não serão mártires?

Foi uma verdadeira manifestação franquista, sentida como tal pelas centenas de espanhóis que ali acorreram, em pseudo peregrinação, que teve lugar na Praça de São Pedro, em Roma. É sempre triste - e pouco acertado - confundir religião com política. O Papa apelou ao perdão e à coexistência pacífica, é verdade. Mas não terá conseguido mais, suponho, do que acirrar os ânimos dos dois campos rivais, colocando-os no mesmo plano moral. O que nunca foi - nem é - o caso...

Lisboa, 8 de Novembro de 2007